

**RITA JULIANASOARES POLONI\***

**TOBIAS VILHENA DE MORAES†**

## **RESUMO**

O presente texto tem por objetivo refletir sobre as relações entre política, ciência e discursos patrimoniais, tendo como objeto de pesquisa diferentes contextos ditatoriais e pós-democráticos, tanto no Brasil como em Portugal. Sobretudo, os autores buscam compreender como se deu a produção do conhecimento arqueológico dentro de um contexto repressivo. Este artigo faz parte do projeto de Pós-Doutorado que ambos os autores vem desenvolvendo no Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/UNICAMP) financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**Palavras-chave:** Arqueologia Histórica; Preservação Arqueológica; Patrimônio Cultural; Redemocratização.

## **ABSTRACT**

This paper aims to mainly analyse the relationship between politics, science and the heritage discourses, during dictatorships and the re-democratisation in Brazil and Portugal. Above all, we want to understand how the archaeological knowledge was produced during an oppressive regime. This paper is part of our post-doctoral research which has been developed at the Laboratory of Public Archaeology Paulo Duarte (LAP/UNICAMP) and it is sponsored by São Paulo Research Foundation (FAPESP).

**Keywords:** Historical Archaeology; Archaeological Preservation; Dictatorship; Re-democratisation.

## **Introdução**

Durante todo o século XX, tanto Brasil, como Portugal vislumbraram em diversos momentos regimes de força, caracterizados pela centralização do poder administrativo estatal e pela perda

---

\* Pós-doutoranda em Arqueologia pelo Laboratório de Arqueologia Pública/Unicamp (Bolsista FAPESP)

† Pós-doutorando em Arqueologia pelo Laboratório de Arqueologia Pública/Unicamp (Bolsista FAPESP)

de liberdade de expressão. Este fenômeno repercutiu fortemente na produção científica dos dois países.

Particularmente, a Arqueologia em ambos os países teve um papel preponderante na articulação das políticas de estado, servindo, em alguns momentos, como agente para a defesa dos interesses governamentais e, em outros, expondo as contradições existentes naqueles regimes, ou mesmo caracterizando a sua falência. Nesse sentido, o texto apresentará sucintamente alguns exemplos de pesquisas arqueológicas que exemplificam momentos distintos da construção histórica em contexto luso-brasileiro.

Para tanto, estarão em análise os governos ditatoriais estado-novistas e militar nos dois países, suas aproximações e distanciamentos em relação às abordagens acerca da cultura material e do patrimônio, bem como paralelos entre os regimes de inspiração fascista em contexto lusófono e a República Velha Brasil em contraste com os demais regimes similares na Europa e América do Sul, durante a primeira metade do século XX.

Nesse sentido, os embates entre as identidades nacionais e a história pátria que se pretende construir como objeto propagandístico de Estado, as influências discursivas dos movimentos modernistas no mesmo contexto histórico e o lugar do indígena e demais grupos minoritários em meio às políticas de colonização interna e externa implementadas pelos governos ditatoriais, constituem o amálgama, a partir do qual, a história da arqueologia, do patrimônio e das identidades brasileira e portuguesa são percebidas, sob um ponto de vista externalista da história.

Da mesma forma, os discursos patrimoniais e identitários, e o lugar dos estudos da cultura material em meio às políticas governamentais do período pós-ditatorial são vistos em perspectiva, buscando perceber continuidades e rupturas em relação ao período anterior e procurando captar os novos anseios sociais e científicos que emergem ou são resgatados, a partir da abertura política nos dois países.

Assim, será possível construir uma análise da questão que permitirá construir um panorama amplo dos discursos patrimoniais, identitários e os estudos da cultura material.

Em primeiro lugar, este método possibilitará uma análise diacrônica, destacando permanências e transformações nos discursos relacionados a esses temas, tanto em contexto

ditatorial, quanto democrático. Por outro lado, em uma postura sincrônica de análise, procurará ressaltar as particularidades desses discursos em países diferentes, sujeitos, entretanto, a regimes políticos similares quanto à orientação política (ditatoriais de inspiração fascista e democráticos).

Ambos os países, como ficará claro ao longo de nossa análise, possuindo proximidade histórica e linguística, mantêm fortes particularidades histórico-sociais, alternando momentos de proximidade e de atrito ao longo dos séculos. Assim, esperamos, que este artigo contribua para uma análise aprofundada do tema, ressaltando os seus aspectos especificamente contextuais e problematizando a questão na atualidade.

### **Nacionalismo, identidade e arqueologia no Estado Novo: aproximações em contexto lusófono**

Embora o Estado Novo português (1933-1974) tenha se prolongado por um período muito mais longo que no caso brasileiro (1939-45), ambos os regimes guardam algumas semelhanças, não somente quanto à inspiração fascista desses governos, mas também quanto em relação ao papel que a Arqueologia ocupa na construção dos discursos oficiais de identidade nacional e de história pátria por eles protagonizados.

No caso português, o enfoque recairá sobre o período das Grandes Navegações, e nas manifestações arquitetônicas manuelinas, enquanto que no Brasil, será o Barroco o alvo desses discursos.

Assim como o que se passa em outros regimes de inspiração fascista do período, como é o caso da Itália, da Alemanha e da Espanha, a construção identitária do Regime se baseia da escolha de um período áureo da Nação que, servindo como inspiração para o presente, projeta-se para o futuro através da intervenção de seus chefes de Estado. Entretanto, enquanto em outros Regimes similares o período romano ou a pré-história são valorizados em termos arqueológicos, na investigação das origens das identidades nacionais portuguesas e brasileiras, a ênfase nas pesquisas Arqueológicas é preterida em função de outras construções discursivas, relacionadas a períodos históricos mais recentes e com mais ênfase nos seus aspectos históricos, artísticos e arquitetônicos, que nos propriamente arqueológicos.

Arqueologia e arqueólogos prosseguem, entretanto, suas próprias discussões científicas e discursivas, não alijados do Regime, mas mantendo conexões políticas e científicas com este, quer através dos cargos que ocupam em instituições de pesquisa, quer através da publicação em revistas científicas e de divulgação com fortes conexões ideológicas com o regime, quer através da carreira política propriamente dita.

### **O contexto estado-novista brasileiro**

O modernismo brasileiro, nascido no alvorecer do século XX, tem como um de seus pontos fulcrais a busca pela identidade brasileira. Essa “brasilidade” encontrará, por sua vez, na figura de Mário de Andrade e na defesa do Barroco dois pontos importantes.

O Barroco, que até então possuía conotações negativas no que se refere às suas formas amaneiradas, em oposição às clássicas, consideradas de maior esplendor (GOMES JUNIOR, 1998: 38-50), passará a assumir através do modernismo, novos significados, relacionados a formas de interpretação estética populares, e que constituiria o elo de conexão do país com o universal e o moderno (NOGUEIRA, 2005: 181-195).

Dentre os diversos modernistas que desenvolverão discursos acerca das particularidades do barroco brasileiro, será Mário de Andrade quem terá maior destaque, não só pelos textos produzidos, mas também pela posição que acaba por ocupar no Departamento de Cultura do Estado de São Paulo. O trabalho ali desempenhado será responsável por trazer novos sentidos para a cultura brasileira e, particularmente, para o barroco mineiro, e estará relacionado ao desenvolvimento de uma política cultural que irá influenciar o tratamento das questões patrimoniais em nível nacional, inspirando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (SPHAN), em 1937, precursor do atual instituto com o mesmo nome.

O cruzamento entre as questões arqueológicas e patrimoniais, sobretudo no que tange à teorização sobre o Barroco, toma a partir de agora particular interesse. Apesar da sua literal inserção no conceito de patrimônio nacional, os sítios arqueológicos não serão, entretanto, o foco principal do projeto de valorização que o SPHAN irá desenvolver a partir de então. Conforme já visto, será nos conjuntos de feição barroca, sobretudo de Minas Gerais, que a

construção de um discurso de identidade e patrimônio nacionais encontrará grande apoio nesse período.

Por outro lado, o incentivo à patrimonialização, que pressupunha a inscrição de um determinado monumento em um dos quatro livros de tomo existentes, de posse do SPHAN, permite a gestação de um arcabouço teórico-metodológico que identificasse aquilo que deveria figurar como parte importante da história da nação e da sua identidade. Se tal procedimento burocratiza a noção de patrimônio e limita o seu alcance ao patrimônio tangível, também permite perceber o desenvolvimento de um discurso acerca do passado que escolhe determinados períodos históricos e determinados elementos da cultura material, considerados mais nobres para figurar no rol dos símbolos da história da Nação.

Assim, muito embora importantes arqueólogos do período continuem a realizar suas pesquisas, a manter conexões com o Regime, e a manter publicações em importantes revistas científicas, com conexões oficiais, o fato de desenvolverem pesquisas sobre temas indígenas os coloca em uma posição particular em relação à construção dos discursos nacionais.

Um exemplo disso é o caso de Heloísa Alberto Torres (1895-1977), então diretora do Museu Nacional, filha do influente estadista Alberto Torres (1865-1917), e figura que goza de apreço no governo Vargas. Heloísa escreverá, em 1937, logo na primeira edição anual da revista do recém criado SPHAN, o artigo intitulado “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil”. Nesse texto, a autora discute a proteção às jazidas arqueológicas, coleções de museus e patrimônio de comunidades indígenas e “neo-brasileiras” com risco de dissolução (TORRES, 1937).

Muito embora, Heloísa Torres se manifeste contrária ao contato entre ocidentais e indígenas, vendo no isolamento dessas comunidades a chave para a sua preservação, ela reconhece que o conhecimento desses povos tem não somente interesses científicos, mas também estratégicos. Percebe-se, assim, uma defesa clara dos órgãos públicos na preservação dos povos indígenas, justificados pela sua incapacidade de decisão sobre si próprios, de medidas reparatórias e de direito a terra, e também de interesses científicos, relacionados às origens da própria humanidade e espelhadas na primitividade do nativo.

Outro exemplo é o de Angyone Costa (1888-1954), que foi um importante autor de manuais de arqueologia do período. Professor de Arqueologia Brasileira do Museu Histórico Nacional,



Angyone Costa será um pesquisador ligado, também, ao Estado Novo e publicará na revista *Cultura Política*, considerada instrumento de propaganda do Regime. Seu artigo intitulado *Observações sobre a Contribuição do Índio na Nossa Formação* (COSTA, 1943), embora aluda de forma positiva ao papel das comunidades nativas na constituição do povo brasileiro, acaba por conceder ao indígena um papel secundário nesse mérito. Como no texto de Heloisa Torres, percebe-se o reconhecimento da ancestralidade das culturas indígenas e do seu direito a terra, muito embora, diferente da diretora do Museu Nacional, Angyone Costa elogie a absorção do indígena no corpo da Nação, e valorize somente elementos etéreos e secundários da sua contribuição para a cultura nacional. Angyone Costa também defende o conhecimento dos indígenas para o bom desenvolvimento da nação, fazendo alusão ao sentido nacionalista do Regime Vargas.

Percebe-se, dessa forma, que os arqueólogos assumem um papel de plena consciência do sentido político das investigações que propõem e que delimitam seu espaço de poder no interior do sistema, ainda que a temática que defendem possa não ser a que maior importância alcança para a consolidação dos discursos nacionalistas do Estado Novo.

### **O contexto estado-novista português**

Para o governo Salazarista, são os territórios ultramarinos juntamente com um ideal de reaportuguesamento do país (GOMES, 2006-2007: 197) que constituirão os pilares do regime. Por um lado, esse reaportuguesamento era representado por um retorno à vida rural, a um estilo de vida caracterizado pela simplicidade, pela vida em comunidade, pela importância do trabalho, da família, dos ideais patrióticos e religiosos. Por outro lado, a importância dos territórios ultramarinos andava em conjunto com a exaltação dos Grandes Descobrimentos, de forma que, nenhum tempo anterior ou posterior a esse, que representasse uma queda na grandiosidade do país, deveria ser lembrado (GOMES, 2006-2007: 205-208).

Já o nascimento da arqueologia como ciência é marcado pela apatia do Estado em relação às ciências sociais, sobretudo a partir da ascensão da Ditadura Nacional, em 1926, e do Estado Novo, em 1933. Disputas pessoais, como as travadas entre Mendes Correia, professor de Antropologia da Universidade do Porto e diretor do Instituto de Antropologia da mesma Universidade, e Manuel Heleno (1894-1970), diretor do Museu Etnológico, atual Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa e, sobretudo, a atitude pouco democrática deste último,

não contribuirão para um mais amplo desenvolvimento do campo no período (JORGE, 1995, FABIÃO, 1999, 2011).

Manuel Heleno assume a diretoria do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa, organismo de grande destaque na arqueologia portuguesa, em 1929. Juntamente com ele, Mendes Correia e Vergílio Correia (1888-1944), serão as personalidades de destaque no mundo da Arqueologia portuguesa da primeira metade do século XX (FABIÃO, 1999:119-120).

Vergílio Correia será o professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e se dedicará à escavação da cidade romana de Conimbriga, à publicação de obras no domínio da história da arte e manterá uma carreira de distanciamento dos grandes conflitos de poder que marcarão o período.

Já Manuel Heleno, que assumirá o principal posto da investigação nacional, marcará a sua carreira por um clima de forte disputa com Mendes Correia, esse, sem dúvida, um personagem com maior destaque no cenário nacional e internacional.

Manuel Heleno se dedicará a publicações de caráter nacionalista em periódicos locais, discursando acerca da antiguidade do homem português. Já Mendes Correia, que também se interessava pelo tema, consolidará sua carreira como importante intelectual e cientista do período, tanto em caráter Nacional quanto internacional, relacionando uma considerável carreira como político à sua vigorosa campanha interna no que tange às investigações antropológicas coloniais (FABIÃO, 1999: 121-126).

Nas suas obras em apologia das pesquisas no ultramar, Mendes Correia deixa claro que compreende a importância política desses estudos para a manutenção das colônias e para o desenvolvimento de um processo civilizatório dos indígenas, para o qual o transformarem-se em Europeu dependia, em grande medida, do conhecimento que os portugueses necessitavam desenvolver sobre os nativos para melhor direcioná-los segundo os interesses coloniais do Estado. Nessa medida, Mendes Correia compreende que as pesquisas científicas e a educação têm importância crucial nos interesses colonialistas de Portugal frente a outros países europeus (CORREIA, 1934:8).

Assim, a Arqueologia ultramarina, ao lado da Antropologia e da Etnografia é considerada, em certa medida, vantajosa em termos econômicos, como também científicos e humanitários. As

vantagens econômicas estão, naturalmente, relacionadas com a capacidade de utilização da mão-de-obra dos nativos, enquanto os aspectos científicos abrangem a própria exploração de temas relacionados com a pré-história africana e, conseqüentemente, com a origem da humanidade. Tais temas apresentam importância notória em âmbito internacional, propiciando a Portugal boa representatividade em congressos acadêmicos de grande visibilidade, e a participação em associações científicas consagradas. No caso dos aspectos humanitários, esses devem ser entendidos como o projeto civilizatório dos indígenas, considerado como um benefício cristão e uma missão espiritual que os portugueses haviam cumprido, desde o início das conquistas marítimas, nos territórios dominados.

Percebe-se, assim, uma vez mais, que, muito embora a Arqueologia não seja prioritária nos discursos identitários de exaltação do passado português no período, ela apresenta clara conotação política, da mesma forma os seus defensores manterão relações de interesse com a ditadura vigente.

### **Permanências discursivas no segundo período ditatorial brasileiro**

Ainda durante o período de vigência do Estado Novo português, o Brasil inicia um novo período ditatorial, dessa vez militar (1964-1985). Durante esse período, algumas iniciativas nascidas entre o final do período Vargas e o golpe de 1964, no sentido de construir novos discursos arqueológicos, são reprimidos, dando seguimento a um longo período de retração democrática e de reforço de alguns discursos autoritários que remontam ao século XIX.

Um desses discursos é o da degeneração indígena, segundo a qual os nativos brasileiros seriam remanescentes de nobres civilizações que, entretanto, tiveram sua cultura degenerada em virtude do ambiente inóspito (NOELLI; FERREIRA, 2007). Tal visão é reforçada, no período posterior ao Golpe, pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e o mesmo programa para a Bacia Amazônica (PRONAPABA), que, diretamente relacionados à fundação norte-americana Smithsonian, desenvolveu um plano de investigações arqueológicas, marcado pelo determinismo ambiental e o difusionismo, não somente reforçando o tema da degeneração indígena, como justificando os intuítos expansionistas econômicos na região (FUNARI, 2002).



Tal política leva à retração do projeto arqueológico de inspiração humanista desenvolvido por Paulo Duarte logo após o final da ditadura de Vargas no país. O posicionamento combativo desse pesquisador contra os dois regimes ditatoriais brasileiros do século XX, está na raiz das sérias consequências que enfrenta, tanto na sua vida pessoal, quanto profissional. Paulo Duarte foi por, duas vezes, exilado durante o período Vargas e depois aposentado compulsoriamente durante o regime militar. Em função disso, a arqueologia que procurou implantar no Brasil, inspirada nos trabalhos que realizou no Musée de l'Homme, de Paris, sob orientação de Paul Rivet, durante seu segundo exílio, acabou por ser suprimida depois da sua aposentadoria compulsória, da Universidade de São Paulo, em 1969, deixando uma instituição que ajudou a fundar (FUNARI, CARVALHO, 2012).

À medida que o regime militar se desenrola, entretanto, o país passa a experimentar novos ventos de mudança, permitindo que, não somente novos temas de estudo sejam propostos, mas também que outras abordagens discursivas sejam avançadas, aproximando as pesquisas arqueológicas da abordagem de períodos históricos coloniais e permitindo que novas metodologias e técnicas (vinculadas às áreas de arquitetura e geociências) passassem a ser empregadas na sua investigação.

### **O processo de redemocratização na Arqueologia Brasileira: o caso Missioneiro**

A partir do fim da década de 1970, a Arqueologia brasileira passa a crescer institucionalmente com o retorno de diversos profissionais que foram buscar uma formação na área em instituições estrangeiras. Além de ajudarem a fortalecer a atuação de instituições nacionais de formação, vários eventos em universidades e museus permitiram solidificar a Arqueologia no país (SOUZA, 1991; FUNARI, 1994b e 1999; PROUS, 1992).

Ao mesmo tempo, essas transformações coincidiam com uma demanda crescente em prol da abertura política do país, que passava por uma ditadura militar desde 1964, e com os movimentos que pressionavam pela redemocratização.

O próprio campo da salvaguarda do patrimônio cultural passava por uma profunda mudança no país. Em 1979, com a crise crescente do regime militar, o órgão responsável pela gestão do

patrimônio cultural brasileiro modifica sua estrutura administrativa e técnica. Duas estruturas administrativas passam a coexistir: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), com função de polícia, e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), responsável pela execução de políticas de preservação. Este modelo de gestão ficou conhecido como “Sphan/Pró-Memória” (GONÇALVES, 2002 e 2013; FICO, 2004).

Diante desse novo contexto, onde a circulação do conhecimento e o fortalecimento institucional fomentavam a criação de uma nova massa crítica, o profissional arqueólogo passa a atuar de forma a superar limites impostos nas décadas anteriores. Ao mesmo tempo, este profissional buscava aproximar-se de outras disciplinas, que atuavam no desenvolvimento de projetos contínuos de gestão integrada em uma perspectiva multidisciplinar (BARRETO, 2008; KERN, 1995, 1998 e 2002; TUNBRIDGE; ASHWORTH 1996; TRIGGER, 2004).

Especificamente na região sul do país os trabalhos desenvolvidos nas Missões Jesuíticas dos Guaranis marcam definitivamente este momento da história da ciência nacional.

Localizadas na Bacia Platina, espalhadas pelo atual território de Brasil, Paraguai e Argentina, as Missões foram palco de uma acirrada disputa territorial entre Espanha e Portugal, no período colonial, durante os séculos XVII e XVIII. Um processo de ocupação e disputa territorial marcou profundamente o modo de vida das populações indígenas e europeias naquela região (BARCELOS, 2000; CURTIS, 1993; CUSTÓDIO, 1987 e 2002; PESAVENTO, 1994; SHULZE- HOFER, 2008).

Apesar de reconhecida importância das Missões para a História da América Latina, os registros das primeiras prospecções, realizadas por arqueólogos, datam apenas do fim dos anos 50 do século passado. “A cata de Tesouros Jesuíticos” e sem utilizar qualquer método de trabalho arqueológico, o pesquisador apenas abriu parte dos espaços urbanos das reduções de São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau (LA SALVIA, 1983).

Os primeiros trabalhos de investigação científica utilizando métodos arqueológicos começaram no fim da década de 1970, quando foi realizada uma escavação, sob responsabilidade técnica do arqueólogo Fernando La Salvia, com a supervisão do governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Governo Federal. Os trabalhos foram marcados por uma escavação ampla (cerca de 4.500 m<sup>2</sup>), no centro da cidade. Diversas estruturas foram

escavadas, dentre elas: igreja, colégio, canalização, adega, casas de índios, hospital, sistema de esgotos nos fundos da igreja e cabildo (LA SALVIA, 1982 e 1983b).

Após as escavações diversos problemas surgiram em decorrência da exposição dos vestígios materiais. Por sua vez, a falta de trabalhos de consolidação e estabilização dos remanescentes encontrados levou a uma contínua degradação da área escavada, expondo materiais arqueológicos e estruturas às intempéries e à ação antrópica.

Em diversos momentos, La Salvia se queixou, apontando os perigos da falta de um programa para proteção dos remanescentes. Dentre outros argumentos, elencava que “escavação deveria ter tido continuidade com a estabilização dos remanescentes e um processo de conservação dos pisos e evidências, o que não se realizou”, desconhecendo a causa disso, mas afirmando que o ocorrido levava a “um dano muito grande à área escavada” e “praticamente à sua perda” (1983a: 214).

Todos esses problemas foram um gatilho para uma mudança de perspectiva nas práticas futuras de escavações arqueológicas no país. A partir de agora, os projetos de pesquisa nos sítios arqueológicos brasileiros deveriam contar com a participação de profissionais da área de preservação.

Se naquele sítio vários problemas de sincronia e conhecimento sobre técnicas de restauro colocaram em risco os remanescentes arquitetônicos e arqueológicos, era preciso a partir de agora organizar o papel de cada membro da equipe técnica em campo, buscando-se sempre proteger o que era revelado.

Daqui para frente, a presença in loco de diferentes profissionais formados no campo da cultura material seriam fator primordial na execução de qualquer trabalho referente ao patrimônio cultural missioneiro.

Como consequência das atividades de escavação em São Nicolau, no ano de 1983, o Sphan (órgão normativo do governo federal para o patrimônio cultural), através da Fundação Nacional Pró-Memória (órgão executivo), levou à Unesco a proposição de transformar o sítio missioneiro de São Miguel em Patrimônio Mundial.

Concomitantemente a crescente articulação de arqueólogos que atuavam no estado pressionou por uma atuação permanente de profissionais formados nos sítios missioneiros, em um

trabalho que deveria considerar uma ação definitiva e imediata nas regiões urbanas e agropastoris onde se encontravam os remanescentes das antigas reduções (LA SALVIA, 1983a e 1983b).

Cabe destacar que neste mesmo período, a Arqueologia brasileira e a ciência mundial passaram por profundas mudanças em sua estrutura funcional e científica. No caso brasileiro a interlocução com outras áreas do saber e a internacionalização dos contatos entre profissionais de diversas instituições fez com que Arqueologia buscasse um diálogo com seu próprio mundo (LIMA, 2001 e 2002; SHANKS, TILLEY, 1993; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Nesse caminho, caem muros que impediam o contato com outras áreas do conhecimento e instituições (dentro e fora do país), o que vinha “[...] provocando uma circulação direta e mais rápida das informações, renovando as discussões teórico-metodológicas” (KERN, 2002, p. 123).

Esta nova tendência da ciência brasileira, marcou profundamente os trabalhos que passaram a ser executados nas Missões. Após os trabalhos desenvolvidos por La Salvia, estruturou-se um novo projeto, denominado Arqueologia Histórica Missioneira (1985), por meio de um acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o Sphan.

Esta nova etapa de pesquisa nas missões contou com a coordenação técnica dos arqueólogos Arno Alvarez Kern e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, e coordenação institucional do arquiteto Julio Curtis.

Os trabalhos de prospecção ocorreram nos sítios de São Lourenço, São João Batista e São Miguel Arcanjo por toda a década de 1980 e início dos anos 1990. Como resultado da pesquisa arqueológica, foram produzidas diversas monografias, dissertações e teses. Como fica claro com a leitura dos artigos acadêmicos um dos principais objetivos das escavações era reconhecer o espaço das reduções, para posteriormente cercá-las e definir práticas de gestão do patrimônio cultural (KERN, 1994 e 1998).

**Enquanto isso, em Portugal: o caso de Mértola**

Após o fim do regime Salazarista, em 1974, e a redemocratização institucional do país, algumas municipalidades iniciaram projetos que tinham como principal objetivo o envolvimento da população.

Uma nova forma de encarar o passado ganha espaço. A Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) é reconduzida ao centro do debate sobre as atividades arqueológicas no país. Escavações e debates que contemplam a diversidade cultural do país proliferaram por todo o território e passam a ocupar novamente o debate na área de ciências humanas (FABIÃO, 2009; GOMES, 2007).

Na pequena aldeia alentejana de Mértola, sul de Portugal, entre os anos de 1978 e 1980, foram realizadas escavações com a participação de jovens da própria comunidade. O objetivo destes trabalhos era pesquisas os sítios relacionados do período de ocupação islâmica.

Essa postura de trabalho contrastava fulcralmente com os projetos arqueológicos da área de arte que até então tinham como foco principal o mundo cristão do período das navegações (FABIÃO, 1989; MACIAS, TORRES 2001; MARTÍNEZ, 2003; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

Com a criação da Associação para a Defesa do Patrimônio de Mértola (ADPM), sob proteção do Partido Comunista Português, surge um enfoque com iniciativas inovadoras para o patrimônio alentejano. Ela tinha como principais objetivos inventariar, estudar, defender e valorizar o patrimônio. Sobretudo, a multidisciplinaridade foi posta em prática com a constante presença de etnógrafos, arquitetos e biólogos nos projetos (MACIAS, TORRES, 2001; TORRES, 2009).

Dentre os principais desafios dessa forma de gestão estava o enfrentamento a um crescente processo de desertificação humana, com a saída dos camponeses para cidades ou aldeias maiores e que ofereciam melhores recursos para a vida (MACIAS, TORRES, 2001; MARTÍNEZ, 2003; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

As diversas ações de salvaguarda e práticas educativas para o patrimônio aplicadas foram fundamentais, em vários momentos, para o estabelecimento de um sistema de parceria



contínua com os diversos agentes públicos e moradores (MACIAS, TORRES, 2001; TORRES, 2009; PALMA, 2012).

Os anos 1970 e 1980 vislumbraram uma mudança significativa na Arqueologia brasileira e portuguesa. Inicialmente marcam um período de continuidade na imposição de práticas não científicas na gestão do patrimônio cultural, como bem testemunha o caso brasileiro. No entanto, as contínuas reclamações dos profissionais arqueólogos, assim como a crescente exigência de novos profissionais nesse campo de atuação, fermentaram um novo paradigma para a arqueologia brasileira. A multidisciplinaridade e a preservação dos bens arqueológicos se consolidam como uma nova forma de se fazer a ciência arqueológica em ambos os países.

### **Breves Conclusões**

Os cruzamentos históricos entre Portugal e Brasil não devem ser desconsiderados na análise da produção arqueológica nacional. Não só porque compartilham uma história colonial em comum, mas também porque, durante boa parte do século XX, vivenciaram regimes semelhantes.

Este é o caso dos governos de inspiração fascista, conhecidos como o “Estado Novo”, que governaram os dois países durante períodos consideráveis desse século. Suas semelhanças, correspondências e diferenças em relação ao papel desempenhado pela arqueologia nos dois países, é o tema que merece especial atenção no desenvolvimento do presente trabalho e de ambos os pesquisadores.

Nesse sentido, nesta etapa da pesquisa, foi possível perceber as múltiplas influências entremodernismo, Estado Novo, regime militar e personalidades importantes do mundo da Arqueologia na construção de um conceito nacional de patrimônio e cultura e na construção de mecanismos estatais para a sua proteção. Entretanto, o prestígio dos cientistas envolvidos nos intercâmbios aqui descritos, o sucesso ou fracasso de algumas ideias, ou mesmo o papel secundário que a arqueologia ocupa nesse período, são temas que compõem um quadro de complexidade que aponta para os diálogos entre ciência, sociedade e política, em nível nacional ou internacional, para serem melhor explicados.

Tal quadro nos chama a repensar não só o que se discutia a nível internacional no âmbito científico, artístico, arquitetônico ou até mesmo político, mas as próprias influências mútuas entre política nacional, política internacional e os outros campos de pensamento aqui analisados. Conforme foi possível perceber ao longo do texto, os posicionamentos políticos dos governos estado-novistas e militar nos dois países irão influenciar o papel secundário que a arqueologia ganhará dentro dos objetivos de Estado.

### **Bibliografia**

BARCELOS, Artur Henrique Franco. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS), v. 600, 2000.

BARRETO, Euder Arrais (Org.). **Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

CORREIA, A. A. M. Discurso Inaugural no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Extracto das **Actas do Congresso**. Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

COSTA, A. Observações sôbre a contribuição do índio na nossa formação. In **Cultura Política**, ano III, nº 27, p. 97-191, maio de 1943.

CURTIS, Julio Nicolau Barros de. “O espaço urbano e a arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões”. In: WEIMER, G. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. **Missões, uma história de 300 anos**. Porto Alegre: Iphan/12ª CR/Comissão Missões, 1987.

\_\_\_\_\_. A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira. 2002. 199 f. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. “Missões jesuíticas: arquitetura e urbanismo”. **Cadernos de História**, n. 21. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/projetos-cadernos.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

FABIÃO, C. **Uma história da Arqueologia Portuguesa**. Lisboa: CTT – Correios de Portugal, 2009.

FABIÃO, Carlos. Um Século de Arqueologia em Portugal, **Al-Madan**, II série (8), 1999.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. "Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil". In: STONE, Peter G.; MOLYNEAUX, Brian L. **The presented past – heritage, museums and education**. Londres: Routledge, 1994a.p. 120-135.

\_\_\_\_\_. "South American Historical Archaeology". In: **Historical Archeology in Latin America**. Columbia: The University of South Carolina, 1994b.

\_\_\_\_\_. "Western influences in the archaeological thought in Brazil". In: **WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS**, 4., South Africa, 1999.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simoes. **Palavra Peregrina: O Barroco e o Pensamento sobre Artes e Letras no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GOMES, Sérgio Alexandre da R. As Identidades Nacionais nos Regimes Ditatoriais: o Caso da Romanità na Itália Fascista e o Reaportuguesamento Salazarista. **Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO**. Porto, I série, vol. V-VI, 189-224, 2006-2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan, 2002.

JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira. Theoretical Underpinnings of Portuguese Archaeology in the Twentieth Century. In: UCKO, Peter J. **Theory in Archaeology. A World Perspective**. London and New York: Routledge, 1995.

KERN, Arno Alvarez. "O futuro do passado. Os arqueólogos do novo milênio". **Trabalhos de Antropologia e Etnologia** (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia), Porto, Portugal, v. 42, n. 1-2, p. 115-136, 2002.

KERN, Arno Alvarez (Org.). "A arqueologia e o Sítio-Escola Internacional do curso de pós-graduação em História da PUCRS". **Veritas**, v. 39, n. 154, p. 199-209, 1994.

\_\_\_\_\_. **A carta internacional da Arqueologia ICOMOS**. Porto Alegre: SAB, 1995.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LA SALVIA, Fernando. **Evidenciação, interpretação e ambientação dos remanescentes das antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, 1982.

\_\_\_\_\_. “São Lourenço Mártir: algumas idéias para uma pesquisa arqueológica”. **Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 3, p. 67-75, ago. 1983a.

\_\_\_\_\_. “A Arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura”. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS**, 5., 1983, Santa Rosa. Anais... Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Centro de Estudos Missioneiros, 1983b.

LIMA, T. A. “Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)”. **Anais do Museu Paulista**, 1993.

\_\_\_\_\_. “A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências”. **Revista de Arqueologia Americana**, México, v. 20, p. 53-79, 2001.

\_\_\_\_\_. “Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica: possibilidades e limites”. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 2, p. 7-23, 2002.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio. **Museu de Mértola – Arte islâmica**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2001.

MARTÍNEZ, Suzana Gómez. Mértola, Vila Museu. “Unproyecto cultural de desarrollo local”. In: NOGUÉS, Antonio Miguel (Coord.). **Cultura y Turismo**. Signatura Demos, 2003.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2005.

PALMA, Maria de Fátima (Coord.). **Carta arqueológica do concelho de Mértola**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, D.L., 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. “Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado”. **Revista USP – Dossiê Antes de Cabral: arqueologia brasileira I**, São Paulo, v. 44, p. 10-31, 2000.

SHANKS, Michael.; TILLEY, Christopher. **Re-constructingarchaeology**. Cambridge: Routledge, 1993.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O significado social do sítio arqueológico preservado”. **SIMPÓSIO SUL-RIO-GRANDENSE DE ARQUEOLOGIA**, 5. Anais: Rio Grande: Furg, 1988.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **História da Arqueologia Brasileira**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

SHULZE-HOFER, Maria Cristina; MARCHIORI, José Newton Cardoso. **O uso da madeira nas reduções jesuítico-guarani do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Iphan, 2008.

TORRES, Claudio. Memória comunitária. Espaço cultural. Xelb9: **Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve**, p. 13-18, 2009.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1937.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. **Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict**. Chichester: Wiley, 1996.